



Universidade Federal do Rio Grande
Instituto de Matemática Estatística e Física
Curso de Matemática Licenciatura

Trabalho de Conclusão de Curso

Transtorno do Espectro Autista: Levantamento e análise de dados de diagnósticos em estudantes da educação básica

Vitória Alves Azevedo Melo

Rio Grande, RS
Janeiro de 2025

Vitória Alves Azevedo Melo

Transtorno do Espectro Autista: Levantamento e análise de dados de diagnósticos em estudantes da educação básica

Trabalho de Conclusão de Curso submetido por Vitória Alves Azevedo Melo como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada, pelo Curso Matemática Licenciatura junto ao Instituto de Matemática, Estatística e Física da Universidade Federal do Rio Grande.

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Instituto de Matemática, Estatística e Física - IMEF

Curso de Matemática Licenciatura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciele Rodrigues Nunes

Coorientador: Prof. Dr. Eneilson Campos Fontes

Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me conduzido até aqui, ter me abençoado com saúde e persistência nesses tempos tão atípicos e incertos ao qual estamos passando;

Expresso minha mensagem de agradecimento à Universidade, por ser o solo fértil onde pude plantar meus sonhos e colher o fruto do conhecimento.

Agradeço à minha família pelo apoio dado, em especial ao meu filho Diogo que por muitas vezes me acompanhou em casa e na universidade, a pessoa que amo compartilhar minha vida meu noivo Jovane e minha dinda Vera Lúcia que sempre me incentivou a estudar, que me deu o primeiro livro para ler;

Agradeço aos amigos e colegas que torceram por mim e me incentivaram para nunca desistir dos meus planos e me confortando nas horas difíceis, jamais vou esquecer e os levarei no meu coração;

Agradeço também àqueles que não levaram muita fé na minha trajetória e aos quais acharam que eu não conseguiria, pois foi através dessas críticas e indiretas que me tornei mais forte e me desafiei a seguir em frente;

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Luciele Rodrigues Nunes e meu co-orientador Prof. Dr. Eneilson Fontes por aceitarem esse desafio proposto por mim, pois este trabalho só foi possível graças a suas disponibilidades e paciência;

Aos meus professores da minha trajetória acadêmica, pelo incentivo e pelas suas palavras de motivação, carinho e apoio, as quais foram fundamentais para que eu não desistisse do Curso;

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho;

À banca examinadora por aceitar o meu convite e julgar este trabalho, ao qual foi realizado com muito carinho e dedicação, e pelas contribuições feitas a ele, meu muito obrigado.

Listas de Imagens

- Imagem 1 - Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2020..... 27**
- Imagem 02 - Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2021.....28**
- Imagem 03 - Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2022.....29**
- Imagem 04 - Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2023.....29**

Listas de Tabelas

Tabela 1 - Tabela sobre níveis de suporte no Transtorno do Espectro Autista	16
Tabela 2 - CDC: Taxa de prevalência de diagnóstico TEA	24
Tabela 3 - CDC: Taxa de variação percentual de diagnóstico TEA	25
Tabela 4 - Censo Escolar Brasileiro: Taxa de prevalência de matrículas de autistas	30
Tabela 5 - Censo Escolar Brasileiro: Taxa de variação de percentual de matrículas de autistas	30
Tabela 6 - Smed: Taxa de prevalência de matrículas de autistas	33
Tabela 7 - Smed: Taxa de variação percentual de matrículas de autistas	34

Listas de Gráficos

Gráfico 01 - Taxa de variação percentual de diagnóstico TEA.....	27
Gráfico 02 - Inep/Censo Escolar (2020-2023).....	30
Gráfico 03 - Taxa de variação percentual de ocorrência de TEA Inep/Censo Escolar (2020-2023).....	32
Gráfico 04 - Estudantes com Diagnóstico e Indicativos de Diagnósticos TEA na Rede de Educação Básica em Rio Grande.....	33
Gráfico 05 - Taxa de ocorrência percentual de estudantes com Diagnóstico e Indicativos de Diagnósticos TEA na Rede de Educação Básica em Rio Grande.....	34
Gráfico 06 - Taxa de ocorrência de variação percentual de estudantes com Diagnóstico e Indicativos de Diagnósticos TEA na Rede de Educação Básica em Rio Grande e no Censo Escolar Brasileiro (2020-2023)	36

Listas de Siglas

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças
CID-10	10ª Classificação Internacional de Doenças
CID-11	11ª Classificação Internacional de Doenças
CIPTEA	Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
COVID-19	Corona Virus Disease 2019
DSM-III	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 3ª edição
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de dados quantitativos sobre o número de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados na rede municipal de ensino na cidade de Rio Grande. Com o intuito de comparação e informação, são apresentados também os dados do Censo Escolar Nacional e do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), respectivamente. O objetivo principal é analisar e comparar esses dados para que seja um instrumento de auxílio ao desenvolvimento de políticas públicas com foco no atendimento educacional dessa população. A pesquisa fundamenta-se em um referencial teórico que explora a história do autismo, o surgimento de associações voltadas ao atendimento de pessoas autistas no Brasil, as legislações sobre educação inclusiva para autistas e a importância do mapeamento do autismo para o planejamento de políticas públicas educacionais. Além disso, são discutidos fatores que explicam o aumento de diagnósticos de autismo. A metodologia compreende a coleta e análise comparativa de dados estatísticos. Os resultados indicam um aumento significativo no número de estudantes autistas matriculados na cidade de Rio Grande nos últimos cinco anos. Essa observação reforça a necessidade de práticas educacionais inclusivas e do desenvolvimento de políticas públicas que possam atender de forma adequada a essa demanda crescente.

Palavras-chaves: Transtorno do Espectro Autista; Mapeamento do Autismo; Educação Inclusiva.

Sumário

Agradecimentos	3
Listas de Imagens	4
Lista de Tabelas	5
Lista de Gráficos	6
Lista de Siglas	7
Resumo	9
Sumário	10
Introdução	11
1. Objetivos	15
1.1 Objetivo Geral	15
1.2 Objetivos Específicos	15
2. Referencial Teórico	16
2.1 Contexto Histórico do Autismo	16
2.2 Leis de educação inclusiva para os autistas	19
2.3 A importância do mapeamento do autismo para as políticas públicas	20
2.4 Aumento dos casos de autismo	21
3. Metodologia	23
3.1. Revisão Bibliográfica	23
3.2. Coleta de Dados do CDC	23
3.3. Coleta de Dados do Censo Escolar Nacional	23
3.4. Coleta de Dados da SMEd	23
3.5. Análise e Comparação dos Dados	23
3.6. Conclusões	24
4. Análise de Dados	25
4.1 Análise Dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC)	25
4.2 Análise de Dados do INEP/Censo Escolar Nacional	28
4.3 Análise de Dados da SMEd	33
4.4 Comparação dos Dados Censo Escolar Brasileiro e SMEd	37
5. Considerações Finais	38
Referências	39

Introdução

A palavra Autismo foi mencionada pela primeira vez no século XX, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, quando concluiu que o Autismo era um sintoma de Esquizofrenia (ASSUMPÇÃO JUNIOR; PIMENTEL, 2001). Ainda no mesmo século, Léo Kanner, psiquiatra pediatra, divulgou uma pesquisa descrevendo o Autismo, mais especificamente, o Autismo infantil, como sendo uma dificuldade de contato com as pessoas, obsessão por alguns objetos, desejo por permanecer solitário (KANNER, 1943).

Atualmente, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição de 2014 (DSM-5), caracteriza o Transtorno do Espectro Autista (TEA), antes conhecido por Autismo, da seguinte forma,

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos. Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro. (DSM-5, 2014, p.53)

No autismo, é comum que as habilidades sociais sejam prejudicadas, uma vez que as pessoas afetadas têm dificuldade em prever as reações dos outros e compreender o que será dito. Isso pode representar um desafio adicional para os estudantes autistas que frequentam a escola, um ambiente já naturalmente imprevisível e cheio de interações sociais. A imprevisibilidade do ambiente escolar pode representar um desafio para a aprendizagem desses alunos, ressaltando a necessidade de recursos que facilitem o acesso ao ambiente escolar para eles.

Pessoas no espectro autista são uma parte importante da sociedade, trazendo consigo habilidades distintas e valiosas. Em vez de excluí-las, é muito importante que as incluamos completamente em nossa sociedade. No entanto, não devemos ignorar os desafios que elas enfrentam diariamente. Por isso, é essencial fornecer o apoio necessário para que possam alcançar seu máximo potencial e contribuir de maneira efetiva para o mundo ao seu redor.

Pensar na complexa comunicação e interação social de pessoas com TEA é refletir e considerar múltiplos cenários onde se busca incluir essas pessoas como sujeitos ativos na sociedade. É primordial considerar essas reflexões ao voltar o olhar para o futuro, quando se busca construir uma nação inclusiva e democrática.

Voltando o pensamento para o contexto educacional, é importante notar que estudantes autistas apresentam características específicas, um exemplo disso é a hipersensibilidade no processamento sensorial (CUNHA, 2019). Nesse sentido, a escola se destaca como um ambiente repleto de estímulos em constante mudança, o que torna desafiador torná-la acessível e garantir a permanência desses estudantes. Isso se deve à imprevisibilidade das alterações que podem ocorrer durante sua trajetória escolar. Portanto, um dos principais papéis da escola e dos professores é assegurar que esses alunos sejam acolhidos no ambiente escolar, conforme indicado pela Constituição Federal em seu Artigo 205, de 1988, que enfatiza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205) ”.

A lei nº 13.146/2015, em conformidade com o exposto do Art. 205, visa garantir os direitos das pessoas com deficiência e estabelece princípios e diretrizes para sua inclusão em todos os aspectos da vida social, incluindo educação, trabalho, saúde, transporte, cultura, esporte e lazer. Prevê medidas para promover a acessibilidade e a eliminação de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais. (BRASIL, 2015).

Cabe aqui ressaltar também, a Lei nº 13.977/20, conhecida como Lei Romeo Mion, que assegura a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA). Essa lei tem abrangência nacional e complementa a Lei Berenice Piana, 12.764/2012. A Lei Romeo Mion regulamenta e amplia o uso da CIPTEA, prevista na Lei Berenice Piana. De acordo com o documento, o CIPTEA tem como objetivo facilitar o acesso aos direitos básicos e essenciais, bem como acordar o planejamento de políticas públicas, o pronto atendimento e a prioridade no acesso aos serviços públicos e privados. (BRASIL, 2021).

No Brasil, existem leis que ajudam a financiar pesquisas sobre o autismo. Essas legislações têm como objetivo ampliar a compreensão sobre o transtorno e desenvolver

políticas públicas mais eficazes para apoiar as pessoas com TEA. Um exemplo que também contempla a ampliação de pesquisa sobre o transtorno é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146/2015, que fala sobre como incluir e tornar acessível para as pessoas autistas todos os aspectos da vida social.

Assim, por mais que haja incentivo à pesquisa para a temática do Autismo, ainda há poucos estudos que abordam os dados em relação ao número de autistas. Contudo, é fundamental refletir e analisar os dados sobre o Autismo para obter uma visão mais precisa da situação. Uma boa maneira de começar o processo de tomada de consciência, é analisar o estudo piloto da Médica e Pesquisadora Bárbara Bertaglia sobre a prevalência de diagnósticos de TEA no país.

Para este estudo, a autora baseou-se na metodologia de pesquisa do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), que há mais de 20 anos realiza o levantamento dos números e as características de crianças autistas nas comunidades americanas. Os relatórios do CDC são divulgados a cada dois anos e comparados por dados coletados durante esse período, além dos dados dos relatórios anteriores (BERTAGLIA, 2023).

Na análise dos relatórios do CDC, a pesquisadora notou um notável aumento nos diagnósticos de autismo ao longo dos anos. Contudo, ela expressa suas dúvidas quanto a essa observação. Tanto ela quanto outros pesquisadores da área questionam se esse aumento reflete a verdadeira prevalência do transtorno ou se é resultado do crescimento na realização de diagnósticos (BERTAGLIA, 2023).

Um dos cenários, que observamos essa crescente nos números de diagnósticos, é o educacional. O aumento de alunos com TEA nas escolas traz desafios para a inclusão na educação. É importante que os educadores estejam preparados para atender às necessidades específicas desses alunos, oferecendo o apoio e os recursos necessários. Também é essencial promover a conscientização e o entendimento entre todos na comunidade escolar, criando um ambiente que respeite as diferenças individuais. Assim, podemos garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas habilidades.

Diante disso, o autismo emerge como um tema em ascensão no campo educacional, impulsionado pelos dados significativos de aumento de casos registrados em fontes como o CDC, CIPTEA, Censo Escolar e a Secretaria Municipal de Educação (SMEd). Para esclarecer o papel da SMEd, especialmente a da cidade do Rio Grande, é importante compreender seu

objetivo principal. Seu propósito é aperfeiçoar a comunicação entre as escolas municipais, além de coletar informações sobre alunos diagnosticados com uma variedade de condições, incluindo doenças, deficiências, transtornos e síndromes.

Nesse sentido, a SMEd mantém um banco de dados relevante sobre o número de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas. Assim, para este estudo, foram analisados os dados desse banco de dados, cujo acesso é disponibilizado mediante solicitação e autorização. Bem como, os dados disponibilizados do CDC, Censo Escolar e SMEd.

Com a intenção de oferecer uma visão completa do desenvolvimento deste estudo, serão delineados os objetivos e uma breve revisão teórica sobre o tema em questão. Posteriormente, será apresentada a metodologia empregada, os resultados e discussões. Por último, será apresentada a conclusão e as referências utilizadas.

1. Objetivos

Este estudo busca analisar a quantidade de estudantes do TEA na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul. Para isso, serão utilizados dados da SMEd, do Censo Escolar e do CDC. Com essa análise, pretende-se contribuir para a inclusão desses estudantes na rede básica de ensino.

1.1 Objetivo Geral:

Analisar quantitativamente os diagnósticos de TEA em estudantes na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul.

1.2 Objetivos específicos:

- Contribuir com a inclusão de estudantes TEA na rede básica de ensino;
- Fomentar políticas públicas para inclusão de estudantes com TEA;
- Analisar dados quantitativos sobre o número de autistas disponibilizados pela SMEd;
- Analisar dados quantitativos sobre o número de autistas disponibilizados pelo Censo Escolar;
- Analisar dados quantitativos sobre o número de autistas disponibilizados pelo CDC;
- Comparar os dados escolares obtidos pela da SMEd com os dados do Censo Escolar.

2. Referencial Teórico

Este capítulo apresentará a história do Autismo, a origem de associações destinadas a autistas no Brasil, leis de educação inclusiva para os autistas, a importância do mapeamento do Autismo para as políticas públicas educacionais e algumas possíveis razões para o aumento de casos de autismo.

2.1 Contexto Histórico do Autismo

Em 1908, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler, ao estudar pacientes esquizofrênicos, citou uma característica de fuga da realidade para dentro de si, intitulada Autismo. Mais à frente, em 1943, Leo Kanner buscou se aprofundar em questões relacionadas ao comportamento singular humano, mais especificamente, o comportamento singular de crianças. Kanner fundamenta esse interesse em seu artigo "Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo", ao expressar a convicção de que, desde os estudos de Bleuler, o número de crianças com comportamentos distintos e singulares tem crescido, necessitando assim de atenção especial (KANNER, 1943, p. 250).

No mesmo artigo, o autor conduz uma pesquisa envolvendo 11 crianças que exibiam comportamentos singulares, destacando manias em suas ações que despertaram seu interesse, descrevendo-as como:

A combinação do autismo extremo, obsessividade, estereotipia e ecolalia oferece uma ilustração completa que se conecta com alguns fenômenos básicos esquizofrênicos. O diagnóstico de algumas destas crianças, vez ou outra, indicou esse tipo de distúrbio. Mas a despeito das extraordinárias similaridades, a condição difere em muitos pontos de todas as outras instâncias conhecidas da esquizofrenia infantil (KANNER, 1943, p.248, Trad. Nossa) ¹

Além disso:

Todas as crianças do nosso grupo demonstraram a sua extrema solidão desde o início da vida, não respondendo a nada que lhes chegue do mundo exterior. Isto é mais caracteristicamente expresso no relato recorrente de falha da criança em assumir uma postura antecipatória ao ser pega no colo e de falha em ajustar o corpo ao da pessoa que a segura. (KANNER, 1943, p.248, Trad. Nossa).²

¹ Versão original em inglês: The combination of extreme autism, obsessiveness, stereotypy, and echolalia brings the total picture into relationship with some of the basic schizophrenic phenomena. Some of the children have indeed been diagnosed as of this type at one time or another. But in spite of the remarkable similarities, the condition differs in many respects from all other known instances of childhood schizophrenia.

² Versão original em inglês: The children of our group have all shown their extreme aloneness from the very beginning of life, not responding to anything that comes to them from the outside world. This is most

Ainda sobre esse artigo vale ressaltar sobre uma possível diferença entre as crianças detentoras de características autistas, que fizeram parte de seus estudos, e os traços de esquizofrenia.

Talvez alguém possa colocar a questão desta forma: enquanto o esquizofrênico tenta resolver seu problema saindo de um mundo do qual ele fez parte e com o qual esteve em contato, nossas crianças gradualmente se comprometem, estendendo sensores cautelosos para um mundo em que gradualmente abandonam a ecolalia e aprendem pontualmente a usar pronomes pessoais com referência adequada. [...] (KANNER, 1943, p.249, Trad. Nossa)³

O estudo de Kanner sobre o autismo pode ser considerado marcante, pois ele distinguiu claramente o Autismo da Esquizofrenia. A partir desse ponto, o autismo ganhou sua própria identidade e reconhecimento, embora continuem surgindo novas descobertas e informações sobre o transtorno com frequência.

Nos anos 1980, no Brasil, deram-se os primeiros passos em direção à inclusão das pessoas autistas. Nesse período, foram estabelecidas três associações para apoiar essas pessoas. Diante das necessidades de assistência para os filhos autistas, muitos pais perceberam a negligência do Estado em fornecer atendimentos específicos. Como resultado, esses pais se uniram para fundar a Associação de Amigos do Autista (AMA), a primeira associação de autismo no Brasil, em 1983. Após a criação da AMA, em 1985, surgiram a Associação de Pais de Autistas do Rio de Janeiro (APARJ) e a Associação Terapêutica e Educacional para Crianças Autistas (ASTECA) no Distrito Federal, em 1986 (LOPES, 2020, p. 514).

Na década de 90, para ter diagnóstico era preciso que a criança não interagisse socialmente nem se comunicasse. Posteriormente, passou-se a considerar que a criança precisava apresentar alguma alteração na qualidade da comunicação e da interação social em comparação com outras da mesma idade (American Psychiatric Association, 2014). Níveis de suporte 1 e 2, poderiam não ser considerados autismo naquela época, o que pode ter afetado a percepção e o diagnóstico do autismo nos dias atuais.

characteristically expressed in the recurrent report of failure of the child to assume an anticipatory posture upon being picked up, and of failure to adjust the body to that of the person holding him.

³ Versão original em inglês: One might perhaps put it this way: While the schizophrenic tries to solve his problem by stepping out of a world of which he has been a part and with which he has been in touch, our children gradually compromise by extending cautious feelers into a world in which they gradually abandon the echolalia and learn spontaneously to use personal pronouns with adequate reference.

Na mesma década, de acordo com a revista *Autismo e Realidade*, o gastroenterologista Andrew Wakefield publicou um estudo na revista *The Lancet*, sugerindo a possibilidade de a vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) causar autismo. A publicação foi divulgada e a informação foi aceita como verdade por muitos, em vez de ser tratada como uma hipótese. No entanto, em 2010, ocorreu uma retratação sobre o assunto com provas indicando que, apesar da redução do uso de timerosal, o número de casos de autismo continuava crescendo. Conseqüentemente, Wakefield foi considerado inapto para o exercício da profissão e teve seu registro médico cancelado. No mesmo ano, a revista *The Lancet* se retratou completamente do artigo (AUTISMO E REALIDADE, 2021).

Em 2013, a publicação do DSM-5 trouxe mudanças significativas na maneira como o autismo é diagnosticado, era classificado em diferentes tipos de transtornos, como o Transtorno Autista, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno de Asperger. A partir dessa revisão, foi introduzida uma escala de níveis de gravidade, conhecida como níveis de suporte, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Tabela sobre níveis de suporte no Transtorno do Espectro Autista

Nível de suporte	Características
Nível de suporte 3 (necessita de muito suporte)	Diz respeito àqueles que apresentam um déficit considerado grave nas habilidades de comunicação verbais e não verbais. Ou seja, não conseguem se comunicar sem contar com suporte. Com isso apresentam dificuldade nas interações sociais e têm cognição reduzida. Também possuem um perfil inflexível de comportamento, tendo dificuldade de lidar com mudanças. Tendem ao isolamento social, se não estimulados.
Nível de suporte 2 (necessita de suporte moderado)	Semelhante às características descritas no nível 3, mas com menor intensidade no que cabe aos transtornos de comunicação e deficiência de linguagem.
Nível de suporte 1 (necessita pouco suporte)	Pode ter dificuldade para se comunicar, mas não é um limitante para interações sociais. Problemas de organização e planejamento impedem a independência.

Fonte: DSM-5 (Adaptado pela autora)

É fundamental destacar que, embora os níveis de suporte estejam definidos dessa maneira, ainda há incertezas sobre o que exatamente constitui "suporte" e sob quais circunstâncias ele é necessário. Por exemplo, algumas pessoas autistas podem se desenvolver bem em ambientes familiares, mas requerem assistência especializada em ambientes escolares, onde as demandas podem ser mais específicas e intensas, variando de acordo com as necessidades individuais.

Em 2022, foi implementado o novo modelo da 11ª Classificação Internacional de Doenças (CID-11) atualizando o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista. Esta atualização impacta a forma de como os indivíduos são classificados, permitindo distinguir entre autistas com ou sem transtorno intelectual e avaliando o grau de prejuízo na linguagem, que influencia diretamente na interação social.

Para compreender integralmente a trajetória histórica das pessoas autistas, é imprescindível examinar o papel das leis e das políticas públicas que moldaram seus direitos ao longo do tempo. Essas legislações desempenharam um papel crucial na garantia de direitos e na promoção da inclusão dos autistas na sociedade.

2.2 Leis de educação inclusiva para os autistas

Apesar de haver instituições como as citadas na seção anterior, foi somente em 2012, através da lei Berenice Piana, número 12.764/12, que o autista foi reconhecido como pessoa com deficiência. No artigo 1º, parágrafo 2º da lei mencionada tem-se que “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. Essa lei se mostrou essencial para o movimento dos autistas, pois antes disso o autista não tinha seu lugar perante a legislação, citando-se assim dificuldades ao acesso a atendimentos considerados essenciais para suas especificidades.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, discorre sobre o direito da pessoa com deficiência a ter um acesso à educação inclusiva. No capítulo IV, que se refere à educação, o artigo 27 e o parágrafo único, cita:

Art.27.A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015, p.19).

A pessoa com deficiência tem o direito de estar ciente de todas as leis que a ampara e garante sua liberdade e cidadania. Pois, vale ressaltar que, por muito tempo, essas pessoas permaneceram fora de espaços, como por exemplo escolas e locais de trabalho devido à falta de leis e direitos direcionados a elas. Esse cenário de exclusão resultou em diversas barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, impedindo o pleno acesso e participação dessas pessoas na sociedade.

Assim, a implementação de leis como a Lei nº 13.146/2015, que estabelece diretrizes para a inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social, é um passo fundamental para promover a igualdade de oportunidades e garantir a inclusão dessas pessoas em todos os espaços. Para que haja uma inclusão efetiva, precisa-se de pesquisas direcionadas a incluir tais indivíduos no convívio social.

2.3 A importância do mapeamento do autismo para as políticas públicas

A inclusão de perguntas sobre autismo no Censo Demográfico é uma medida crucial para compreender e atender às necessidades da comunidade autista. Na revista *Autismo*, número 4 de março de 2019, a psicóloga Sabrina Bandini Ribeiro destaca a importância do estudo sobre a prevalência de dados de autismo. Essas políticas são essenciais para entender melhor quem são as pessoas autistas e como estão distribuídas na sociedade, o que, por sua vez, auxilia na criação de medidas específicas que promovam a inclusão e o bem-estar dessa população. A Lei 13.861, promulgada em julho de 2019, reflete esse compromisso ao obrigar a inclusão de perguntas sobre autismo no Censo Demográfico. Esta lei é um marco importante, pois representa um avanço significativo nas políticas públicas voltadas para as pessoas com autismo.

No Censo 2022, houve a inclusão da seguinte pergunta: "Já foi diagnosticado(a) com autismo por algum profissional de saúde?", essa questão específica e essencial permitiu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletar dados importantes que

contribuirão para o desenvolvimento de políticas públicas em áreas como educação, trabalho, moradia e saúde, todas vitais para a inclusão social das pessoas autistas.

Segundo informações do IBGE e da Revista Canal Autismo, os resultados do Censo, que são divulgados a cada 10 anos, foram parcialmente apresentados em 2023, após adiamento devido à pandemia de COVID-19. O resultado final, que incluirá dados sobre autismo, está previsto para ser concluído até o segundo semestre de 2024. Essa iniciativa atende às demandas de diferentes segmentos da sociedade, permitindo uma análise mais detalhada e abrangente da realidade do autismo no Brasil, o que é fundamental para a formulação de políticas públicas que realmente atendam às necessidades dessa comunidade.

Embora a pergunta sobre autismo seja incluída apenas no questionário de amostra, aquele que cobre apenas 11% da população, sua importância não deve ser subestimada. Mesmo não abrangendo todos os autistas do Brasil, esse levantamento representa um estudo de grande relevância. Os dados coletados fornecerão informações valiosas que ajudarão a orientar a formulação de políticas públicas e a garantir que as necessidades da comunidade autista sejam adequadamente atendidas.

2.4 Aumento dos casos de autismo

Uma das possíveis causas do aumento de diagnóstico de autismo pode ser atribuída à facilitação do diagnóstico, que é um fenômeno recente. O autismo ganhou reconhecimento a partir da década de 1980, quando foi incluído no DSM-III. Antes dessa inclusão, não havia critérios diagnósticos exatos para o autismo. A partir disso, com a definição de critérios específicos, houve um aumento na visibilidade e no reconhecimento do transtorno, contribuindo para o aumento dos diagnósticos, embora as descrições iniciais por Kanner e Asperger datem dos anos 1940.

Após a definição e critérios para o diagnóstico do autismo, a importância e reconhecimento desse transtorno ganharam destaque.

Em 18 de dezembro de 2007, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 62/139, iniciada pelo Estado do Catar, que declarou 2 de abril como o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo. Os membros da Autism-Europe estão a organizar e a participar numa série de eventos e atividades em toda a Europa para assinalar o Dia Mundial da Sensibilização para o Autismo.(Autism-Europe, 2007).

O dia 2 de abril tem como objetivo aumentar a conscientização da sociedade sobre o diagnóstico do autismo. Essa iniciativa também incentivou profissionais da saúde pública a

realizar mais estudos sobre como diagnosticar e reabilitar pessoas com autismo. No entanto, a mudança mais significativa veio com a capacitação desses profissionais e com o avanço das informações sobre o autismo, que permitiram definir critérios de diagnóstico mais claros e específicos. Isso reforça que o autismo é um espectro, ou seja, ele afeta cada pessoa de forma única e individual.

Atualmente, a transição da CID-10 para o CID-11 pode ter contribuído para o aumento no número de diagnósticos de autismo. A CID-11 oferece critérios mais detalhados e específicos, possibilitando diagnósticos precisos e diversidade das manifestações do espectro autista. Consequentemente, essa atualização facilita o reconhecimento do transtorno e incentiva um entendimento mais abrangente e personalizado das necessidades dos indivíduos com autismo.

A origem do autismo ainda é desconhecida, o que significa que não há uma única causa identificada. Em vez disso, algumas pesquisas citam que o autismo resulta de uma complexa interação entre fatores genéticos e ambientais. Esses fatores podem influenciar o aumento dos diagnósticos. Entretanto, é importante destacar que, apesar das hipóteses existentes, ainda não há uma confirmação definitiva sobre as causas específicas do autismo.

No capítulo seguinte, será apresentada a metodologia utilizada neste trabalho, que tem como objetivo investigar o aumento no número de diagnósticos de autismo entre estudantes na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. A abordagem adotada busca fornecer uma base sólida para a análise dos dados e para a compreensão dessa tendência no contexto educacional local.

3. Metodologia

A metodologia adotada para este estudo é quantitativa, focando na coleta e análise de dados estatísticos sobre o número de estudantes diagnosticados com TEA na cidade de Rio Grande nos últimos cinco anos. Para isso, foram utilizados dados do Censo Escolar Nacional e da Secretaria Municipal de Educação (SMEd), permitindo uma análise comparativa entre as diferentes fontes. Essa abordagem possibilita uma avaliação objetiva do crescimento dos diagnósticos e de suas implicações para o planejamento educacional inclusivo. Incluindo a análise de dados do CDC, já que esses dados são referência nacional.

Assim, a metodologia inclui as seguintes etapas:

3.1. Revisão Bibliográfica: Foi realizada uma revisão de artigos e sites, principalmente a revista Autismo, para fundamentar teoricamente a pesquisa.

3.2. Coleta de Dados do CDC: Os dados do CDC foram coletados por meio do site oficial da instituição, que é reconhecida internacionalmente por conduzir pesquisas sobre o número de casos de autismo nas comunidades americanas.

3.3. Coleta de Dados do Censo Escolar Nacional: Os dados do Censo Escolar Nacional foram coletados diretamente do site oficial do governo, que apresenta informações sobre a quantidade de estudantes autistas matriculados no ensino básico em todo o país. Esses dados ofereceram uma visão abrangente da situação do TEA no contexto educacional nacional.

3.4. Coleta de Dados da SMEd: Os dados da Secretaria Municipal de Educação (SMEd) de Rio Grande - RS foram coletados a partir dos registros oficiais, incluindo informações sobre o número de estudantes matriculados nas escolas municipais com diagnósticos e indicativos do TEA. Esses dados permitiram uma análise mais específica em nível local.

3.5. Análise e Comparação dos Dados: A análise quantitativa foi realizada por meio da aquisição, ordenação e análise dos dados obtidos do CDC, Censo Escolar e SMEd. Foi feita uma comparação entre os dados escolares da SMEd e do Censo Escolar para identificar padrões relacionados ao aumento dos diagnósticos de TEA ao longo do tempo.

3.6. Conclusões: Dessa forma, com a coleta desses dados, foi possível entender melhor os números relacionados aos diagnósticos de TEA, conforme apresentados pelo CDC, pela

SMEd e pelo Censo Escolar. Esse passo da metodologia foi fundamental para analisar de forma detalhada os padrões observados nos números obtidos. Além disso, essa análise permitiu refletir sobre possíveis ações futuras, incluindo a elaboração de intervenções e políticas públicas que possam fortalecer o movimento de inclusão de pessoas com autismo nas diferentes áreas da sociedade, especialmente na educação.

4. Análise de Dados

Neste capítulo, será realizada a análise dos dados relativos ao número de diagnósticos de TEA, com base em informações fornecidas pelo CDC, pelo Censo Escolar e pela SMED. A análise também incluirá comparações entre os dados, a fim de observar possíveis variações ao longo do tempo e entre as diferentes fontes de informação.

4.1 Análise Dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC)

O aumento da prevalência do autismo tem se tornado uma preocupação crescente na saúde pública em inúmeros países. Entre 2006 e 2020, os dados do CDC revelam um crescimento significativo nos diagnósticos de autismo. Em 2006, a taxa era de 1 diagnóstico a cada 110 pessoas nos Estados Unidos, evoluindo para 1 em 36 pessoas em 2020 (CDC,2020).

No CDC obtemos os dados referentes a prevalência populacional como por exemplo 1 a cada 110 são autistas, porém para uma melhor comparação foi organizada e transcrita para a Tabela 2 uma coluna indicando a taxa de ocorrência percentual do fenômeno, com o intuito de mostrar sobre uma mesma população a variação do número de casos de pessoas autistas.

Esse aumento progressivo reflete nas variações percentuais ao longo dos anos, destacando a crescente frequência de ocorrências. A Tabela 2 detalha essa evolução, apresentando os dados anuais, a proporção de ocorrência e as respectivas variações percentuais, que passaram de 0,91% em 2006 para 2,77% em 2020.

Tabela 2 – CDC: Taxa de prevalência de diagnóstico TEA

Ano de vigilância	Taxa de ocorrência	Taxa de ocorrência percentual
2006	1 em 110	0,91%
2008	1 em 88	1,14%
2010	1 em 68	1,47%
2012	1 em 69	1,45%
2014	1 em 59	1,69%
2016	1 em 54	1,85%
2018	1 em 44	2,27%
2020	1 em 36	2,77%

Fonte: Autora

Para a análise, apresentamos a Tabela 3 complementar baseada em dados do CDC, destacando a taxa de variação percentual nos diagnósticos de TEA ao longo dos anos de 2006 a 2020. O cálculo da taxa de variação percentual é calculado da seguinte forma:

$$TV = \frac{VF-VI}{VI} \cdot 100$$

- TV : Taxa de Variação percentual
- VF : Valor Final
- VI : Valor Inicial

Com esse cálculo é possível quantificar a variação percentual em relação ao número inicial de diagnósticos.

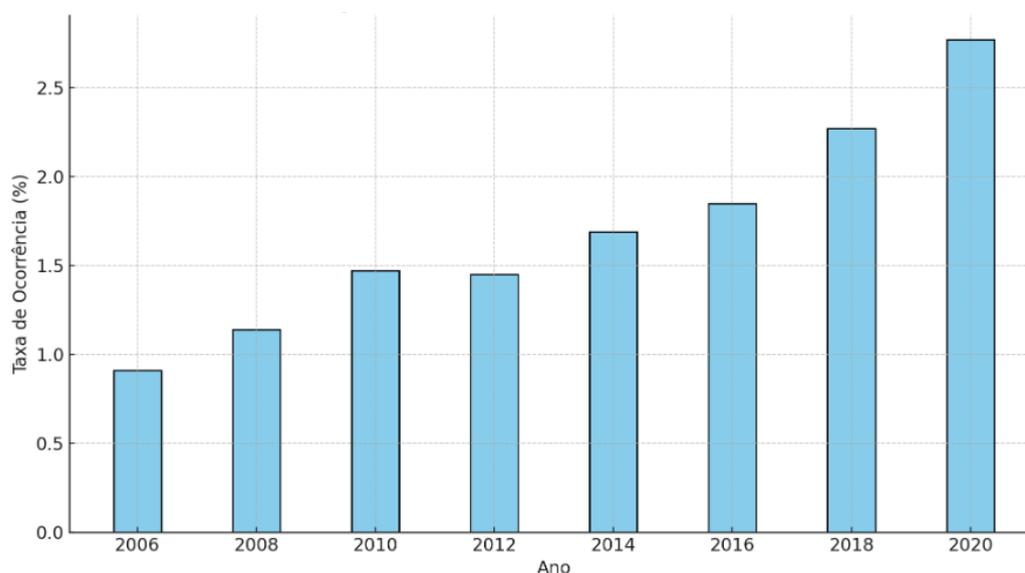
Tabela 2 – CDC: Taxa de variação percentual de diagnóstico TEA

Período de variação	Taxa de variação percentual
2006 - 2008	25,3%
2008 - 2010	28,9%
2010 - 2012	-1,36%
2012 -2014	16,5%
2014 -2016	9,47%
2016 - 2018	22,7%
2018 - 2020	22%

Fonte: Autora

A análise da Tabela 3 revela a prevalência de um aumento contínuo nos casos de autismo ao longo dos anos. Entre 2006 e 2008, houve um incremento de aproximadamente 25,3%. Já no período de 2008 a 2010, a prevalência aumentou em 28,9%. No intervalo entre 2010 e 2012, ocorreu uma leve variação negativa de -1,36%, mas a tendência geral de crescimento permaneceu. Entre 2012 e 2014, a prevalência aumentou em cerca de 16,5%, seguida por um acréscimo de 9,47% entre 2014 e 2016. De 2016 a 2018, observou-se um aumento de 22,7%, e entre 2018 e 2020, o crescimento foi de 22%. Esses dados corroboram a tendência de elevação na prevalência de autismo, com exceção de uma pequena variação em 2012.

Gráfico 01, apresenta os dados de prevalência de diagnóstico de TEA, baseado nos dados obtidos do CDC, destacando o crescimento observado a cada dois anos. A prevalência nada mais é do que uma medida estatística que representa, neste caso, a quantidade de pessoas com autismo em relação à população geral.

Gráfico 01 – Prevalência de diagnósticos de TEA em relação à população geral

Fonte: A autora

Essa tendência de aumento na incidência do autismo levanta questões importantes sobre fatores de risco, diagnóstico precoce e acesso a serviços de apoio. Além disso, a crescente prevalência do autismo ressalta a necessidade de recursos adequados e políticas de saúde que abordem as demandas específicas dessa população. A implementação de programas de educação, inclusão social e suporte emocional torna-se cada vez mais crucial para garantir o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas autistas em todas as fases do desenvolvimento.

4.2 Análise de Dados do INEP/Censo Escolar Nacional

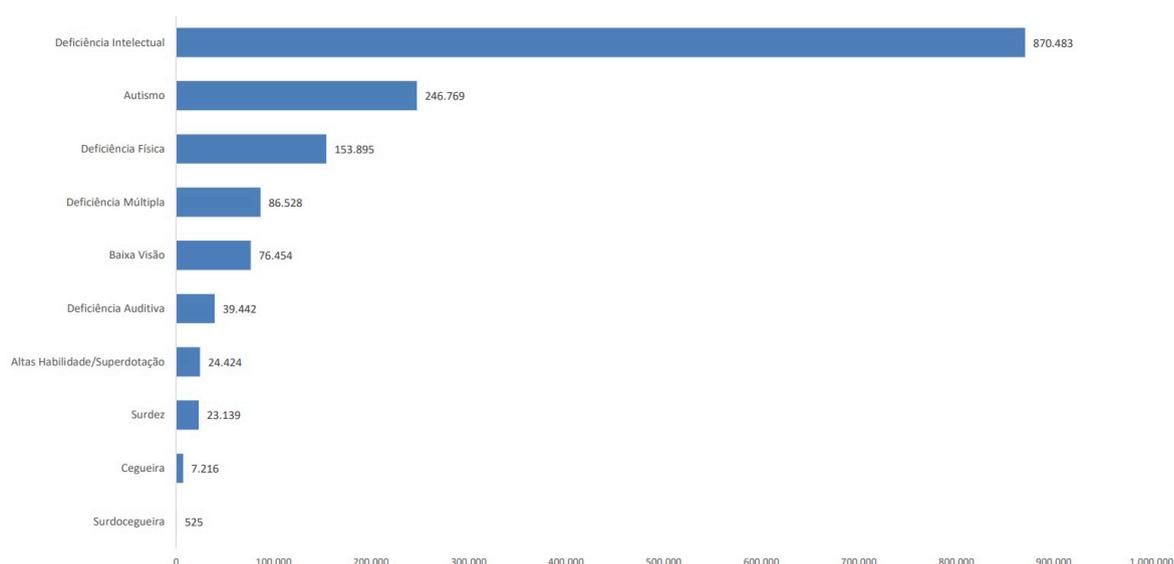
O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa que acontece todo ano e é feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Todos os tipos de escolas, tanto públicas quanto particulares, precisam participar dela, conforme o artigo 4º do Decreto nº 6.425/2008. Essa pesquisa é feita em duas partes e é uma colaboração entre o Inep e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. O objetivo é coletar informações importantes sobre as escolas, como o número de alunos e professores, para ajudar na criação de políticas educacionais e garantir que a qualidade da educação no Brasil seja monitorada.

A partir de 2020, houve uma importante mudança na forma como os dados sobre transtornos e deficiências são apresentados. Neste ano, os dados relacionados ao autismo

passaram a ser destacados de forma individual, em vez de serem agrupados com outras deficiências e transtornos. Essa nova abordagem permitiu maior clareza na identificação de tendências específicas.

Sendo assim, em busca de analisar o número de autistas, apresentados nas pesquisas oficiais do Censo Escolar em parceria com o INEP, a partir do ano de 2020, observou-se na Imagem 01, um número significativo das matrículas de estudantes autistas.

Imagem 01 - Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2020

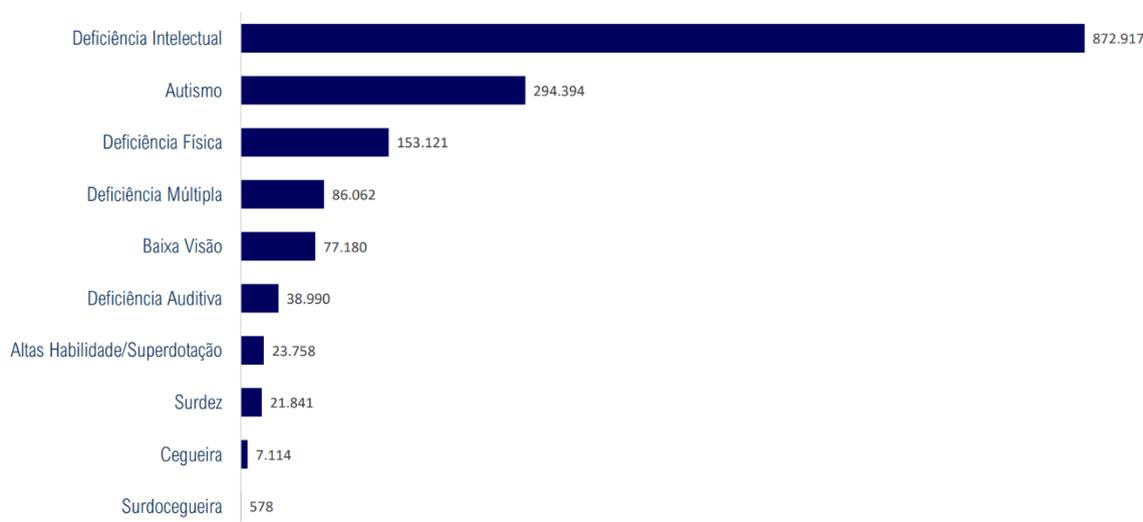


Fonte: Inep/Censo Escolar 2020

É importante destacar a barra correspondente ao número de matrículas de alunos autistas, pois isso nos permite compreender quantos autistas estão anualmente matriculados nas escolas brasileiras. No ano de 2020, foram registradas 47,3 milhões de matrículas. Nesse ano foi apresentado no censo escolar do Brasil 246.769 mil matrículas de estudantes autistas.

Já no ano de 2021, como pode-se verificar na Imagem 02, se registou um número superior ao ano anterior. Em 2021, houve 46,7 milhões de matrículas escolares, sendo 294.394 mil matrículas de estudantes autistas. A diferença de matrículas de estudantes autistas de um ano para o outro foi de 47.625. Em relação às outras modalidades de educação especial por tipo de deficiência não houve mudança significativa.

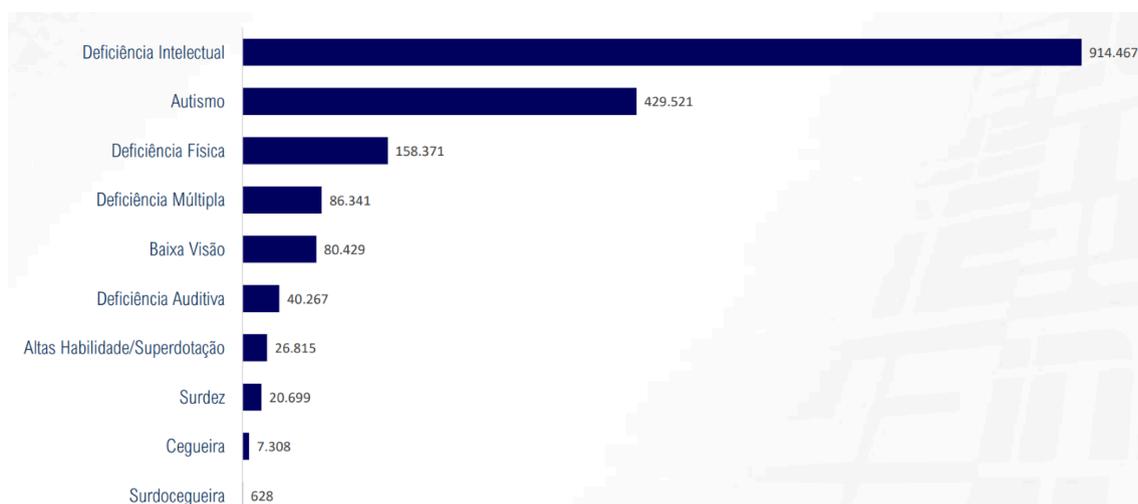
Imagem 02- Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2021



Fonte: Inep/Censo Escolar 2021

No ano de 2022 também foi observado o aumento do número de estudantes autistas. Percebe-se que no registro de 47,4 milhões de matrículas escolares, 429.521 mil matrículas foram de estudantes autistas. Logo, o aumento de matrículas de estudantes autistas de um ano para o outro foi de 135.127. Em relação às outras modalidades de educação especial por tipo de deficiência houve um aumento menor comparando com a Imagem 3.

Imagem 03- Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2022

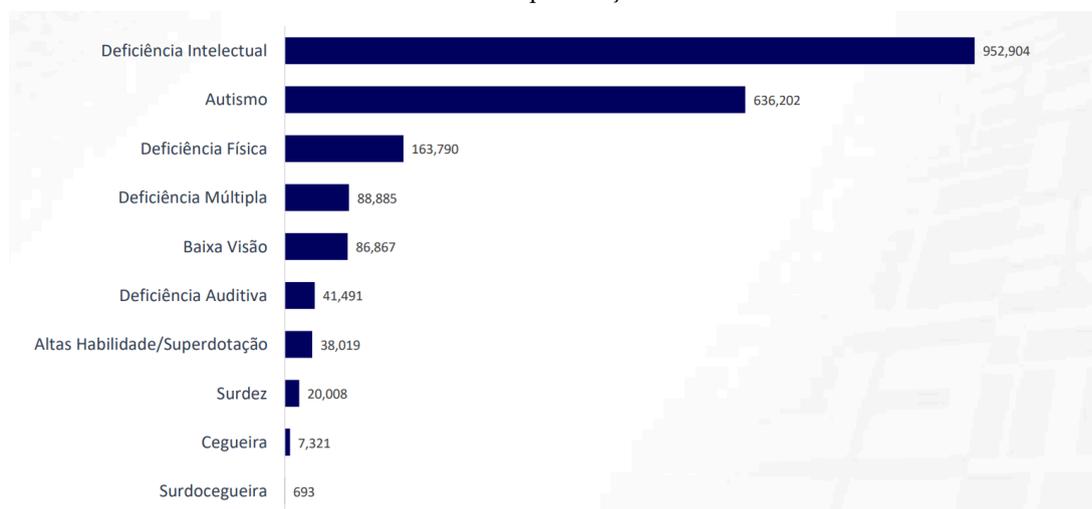


Fonte: Inep/Censo Escolar 2022

Por fim, é possível entender que anualmente vem aumentando esse número, em 2023 no censo escolar do Brasil 47,3 milhões matrículas escolares, sendo destas 636.202 mil

matrículas de estudantes autistas. A diferença do ano anterior até 2023 foi de 206.681 matrículas de estudantes autistas. Em relação às outras modalidades de educação especial por tipo de deficiência houve um aumento nas demais deficiências, destacando Altas Habilidades/Superdotação.

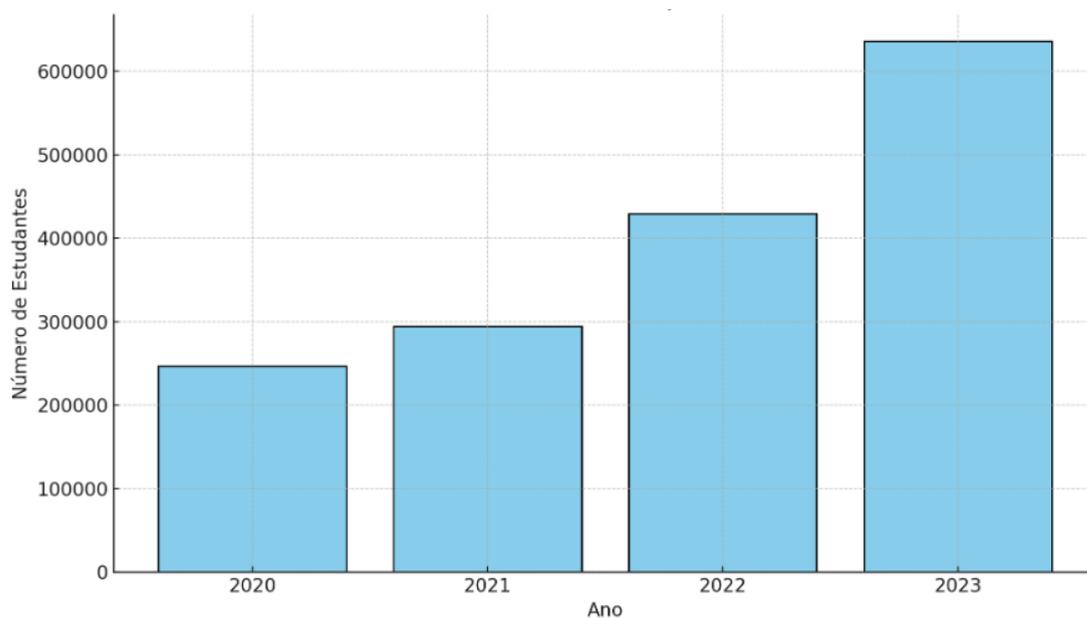
Imagem 04- Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2023



Fonte: Inep/Censo Escolar 2023

Para uma melhor visualização dos dados, o Gráfico 02 apresenta o número de estudantes autistas registrados nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023.

Gráfico 02 – Inep/Censo Escolar (2020-2023)



Fonte: A autora

Ao analisar os dados gráficos do período de 2020 a 2023, divulgados pelo INEP por meio do Censo Escolar, observa-se uma clara tendência de crescimento no número de estudantes autistas matriculados nas escolas.

A Tabela 4 apresenta a taxa de variação percentual de estudantes diagnosticados com TEA em relação ao número total de estudantes matriculados no Censo Escolar Brasileiro, no período de 2020 a 2023. Observa-se um aumento anual consistente na proporção de estudantes autistas. Em 2020, havia 1 estudante autista para cada 192 matriculados; em 2021, essa relação passou para 1 em 159; em 2022, para 1 em 110; e, em 2023, a proporção foi de 1 para cada 74 estudantes. Esses dados destacam uma tendência crescente e chamam atenção para a necessidade de suporte educacional adequado a esse público.

Tabela 4 – Censo Escolar Brasileiro : Taxa de prevalência de matrículas de autistas.

Ano de vigiância	Número de estudantes autistas	Taxa de ocorrência	Taxa de ocorrência percentual
2020	246.769 mil	1 em 192	0,52 %
2021	294.394 mil	1 em 159	0,63 %
2022	429.521 mil	1 em 110	0,91 %
2023	636.202 mil	1 em 74	1,35 %

Fonte: Autora

A Tabela 5 complementa os dados apresentados, analisando a variação percentual no número de estudantes diagnosticados com TEA entre os anos consecutivos no período de 2020 a 2023. Essa análise evidencia o crescimento significativo na proporção de estudantes autistas ao longo dos anos.

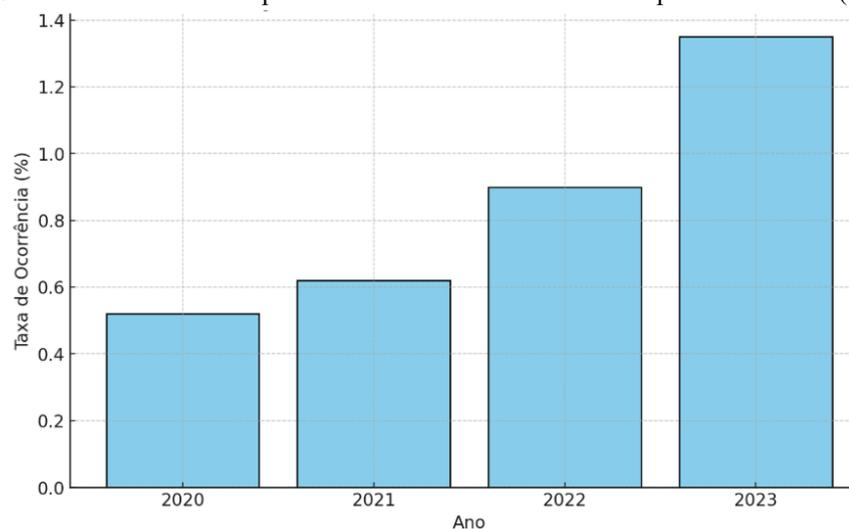
Tabela 5 – Censo Escolar Brasileiro: Taxa de variação percentual de matrículas de autistas

Período de variação	Taxa de variação percentual
2020 - 2021	19,3%
2021 - 2022	45,9%
2022 - 2023	48,2%

Fonte: Autora

A análise percentual revela um aumento significativo na identificação de estudantes autistas, entre 2021 e 2023. O Gráfico 03, que apresenta os dados do Censo Escolar de 2020 a 2023, evidenciando o crescimento anual observado.

Gráfico 03 – Taxa de ocorrência percentual de ocorrência de TEA Inep/Censo Escolar (2020-2023)



Fonte: A autora

Ao analisar o Gráfico 3, observa-se um aumento constante nos percentuais de ocorrência ao longo dos anos. Comparando 2020 com 2021, houve um aumento de 19,3%. Já entre 2021 e 2022, o percentual de crescimento foi de 45,9%. Por fim, ao comparar 2022 com 2023, o aumento registrado foi de 48,2%. Esses dados indicam uma tendência consistente de crescimento anual, sugerindo que esse padrão de aumento poderá continuar nos próximos anos.

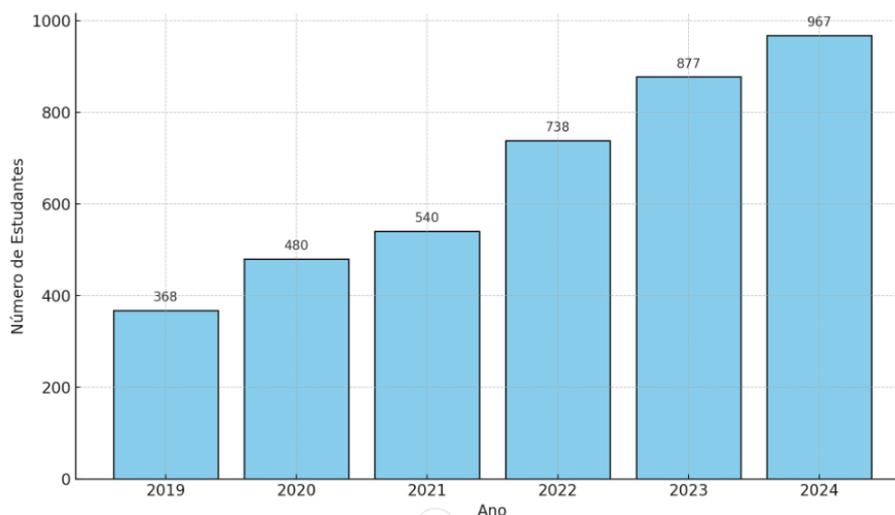
Agora, vamos analisar os números de autistas registrados pela SMED no período de 2019 a 2023, para compreender se, no município de Rio Grande/RS, esse aumento também se verifica.

4.3 Análise de Dados da SMEd

Os dados apresentados nesta seção foram disponibilizados pela SMEd em resposta a uma solicitação para o estudo em questão. A disponibilização desses dados permitiu a elaboração do Gráfico 04 com o intuito de compreender o cenário perante os anos no número de estudantes TEA na cidade de Rio Grande, RS. É importante ressaltar que, de acordo com as informações fornecidas pelo órgão público, tanto os estudantes já diagnosticados quanto aqueles que possuem indicativos para o diagnóstico foram contabilizados conjuntamente.

Sendo assim, obtemos o Gráfico 4, que apresenta o número de Estudantes com Diagnóstico e Indicativos de Diagnósticos TEA na Rede de Educação Básica em Rio Grande entre os anos de 2019 e 2024.

Gráfico 04 - Estudantes com Diagnóstico e Indicativos de Diagnósticos TEA na Rede de Educação Básica em Rio Grande



Fonte: A autora

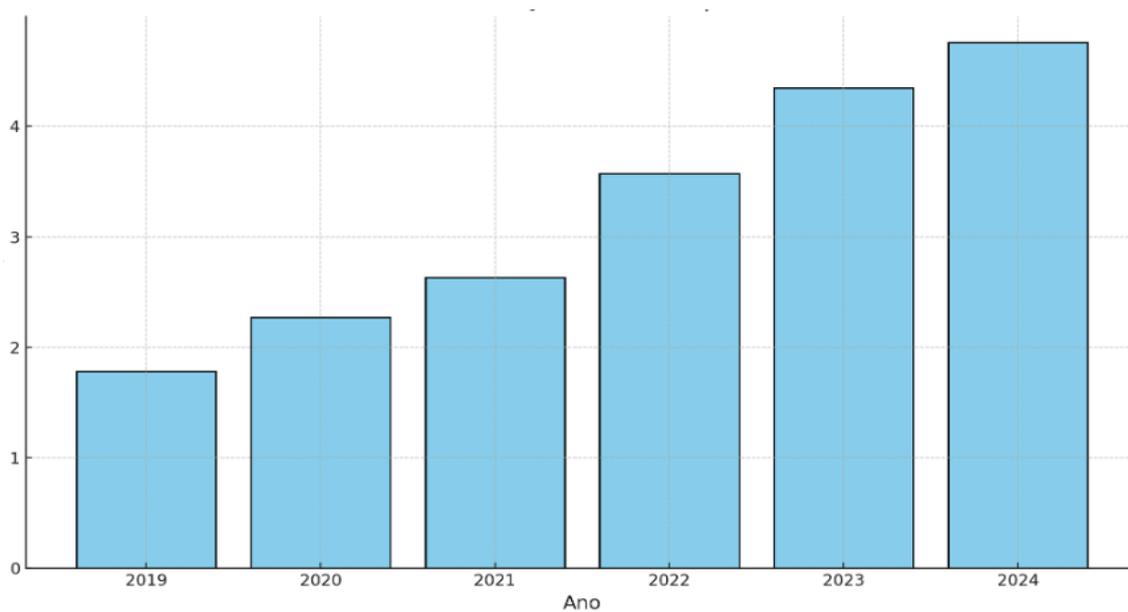
A Tabela 6 apresenta a taxa de variação percentual relacionada à proporção de estudantes autistas matriculados na rede municipal de educação da cidade de Rio Grande. Os dados demonstram uma tendência de aumento na incidência de diagnósticos ao longo dos anos. Em 2019 tínhamos total de estudantes matriculados 20.647 mil e 368 autistas, a relação era de 1 estudante autista para cada 56 matriculados; em 2020 tínhamos total de estudantes matriculados 21.014 mil e 480 autistas, essa proporção passou para 1 em 44; em 2021 tínhamos total de estudantes matriculados 20.673 mil e 540 autistas, para 1 em 38; em 2022 tínhamos total de estudantes matriculados 20.475 mil e 738 autistas, para 1 em 28; em 2023 tínhamos total de estudantes matriculados 19.854 mil e 877 autistas, para 1 em 23; e, finalmente, em 2024 tínhamos total de estudantes matriculados 19.904 mil e 967 autistas, a relação foi de 1 estudante autista para cada 21 matriculados. Esses números evidenciam um crescimento progressivo, que demanda atenção para o planejamento educacional inclusivo e o suporte adequado a esse público.

Tabela 6 – SMed : Taxa de prevalência de matrículas de autistas.

Ano de vigilância	Número total de estudantes	Número de estudantes autistas	Taxa de ocorrência	Taxa de ocorrência percentual
2019	20.647	368	1 em 56	1,78%
2020	21.014	480	1 em 44	2,27%
2021	20.673	540	1 em 38	2,63%
2022	20.475	738	1 em 28	3,57%
2023	19.854	877	1 em 23	4,35%
2024	19.904	967	1 em 21	4,76%

Fonte: Autora

O gráfico a seguir apresenta a taxa de ocorrência percentual anual, ilustrando de forma visual o aumento ao longo dos anos.

Gráfico 05 - Taxa de ocorrência percentual de estudantes com Diagnóstico e Indicativos de Diagnósticos TEA na Rede de Educação Básica em Rio Grande

Fonte: A autora

Essa representação gráfica permite uma compreensão clara e imediata da progressão dos dados, evidenciando a tendência de crescimento observada. A Tabela 7 apresenta a taxa de aumento percentual comparando um ano ao outro.

Tabela 7 – SMed: Taxa de variação percentual de diagnóstico TEA

Período de variação	Taxa de variação percentual
2019 - 2020	30,4%
2020 - 2021	12,5%
2021 - 2022	36,7%
2022-2023	18,8%
2023-2024	10,3%

Fonte: Autora

Nota-se claramente uma tendência de crescimento no número de estudantes ao longo dos anos. Em 2019, havia 368 estudantes, com um aumento de 30,4% em 2020 (480 estudantes), seguido por 12,8% em 2021 (540 estudantes), 36,7% em 2022 (738 estudantes), 18,8% em 2023 (877 estudantes) e 10,3% em 2024 (967) . Ao comparar 2019 com 2024, observa-se um aumento total de 108,7%, evidenciando um crescimento significativo no período.

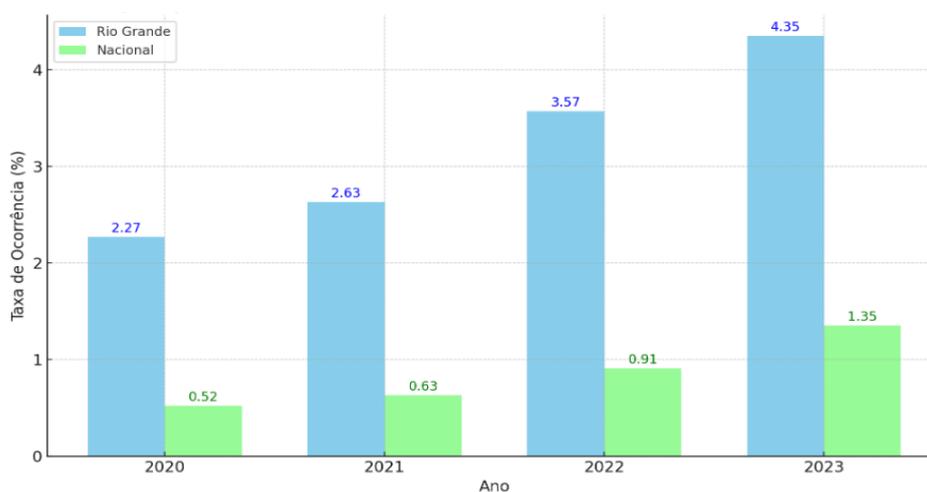
Esses números refletem uma compilação meticulosa dos estudantes diagnosticados com TEA e daqueles que apresentam indicativos para o diagnóstico, cabe ressaltar que todos são considerados para fins de adaptações e acompanhamento através do Atendimento Educacional Especializado.

Essa tendência ascendente demanda uma atenção especial para a implementação de políticas educacionais inclusivas e programas de suporte para atender às necessidades desses estudantes. Além disso, ressalta a importância de investimentos em capacitação docente e recursos para garantir a qualidade do ensino e o bem-estar desses alunos, promovendo assim uma educação inclusiva.

4.4 Comparação dos Dados Censo Escolar Brasileiro e SMed:

A análise comparativa dos percentuais de estudantes diagnosticados com TEA, com base nos dados da Smed e do Censo Escolar, revela uma tendência consistente de aumento ao longo dos anos. Tanto em nível local quanto nacional, observa-se um crescimento expressivo, refletindo avanços no diagnóstico e na inclusão de estudantes autistas nas instituições de ensino. A comparação foi realizada com dados do período de 2020 a 2023, uma vez que, a partir desse intervalo, o Censo Escolar passou a contabilizar separadamente os estudantes autistas, além de outras deficiências e transtornos.

Gráfico 06 - Taxa de ocorrência de variação percentual de estudantes com Diagnóstico e Indicativos de Diagnósticos TEA na Rede de Educação Básica em Rio Grande e no Censo Escolar Brasileiro (2020-2023)



Fonte: A autora

No entanto, ao comparar os percentuais, percebe-se uma diferença marcante entre os dados de Rio Grande e os do panorama nacional. Em 2020, a taxa de ocorrência em Rio Grande foi de 2,27%, superior à média nacional de 0,52%. Em 2021, essa diferença manteve-se, com a taxa municipal alcançando 2,63%, enquanto a nacional foi de 0,63%. Em 2022, Rio Grande registrou uma taxa de 3,57%, comparada a 0,91% no âmbito nacional. Essa disparidade tornou-se ainda mais evidente em 2023, quando Rio Grande registrou 4,35%, enquanto os dados nacionais alcançaram apenas 1,35%, representando mais de três vezes o percentual nacional. Nessa análise realizada, não estão incluídos os dados das escolas particulares e estaduais da cidade de Rio Grande.

5. Considerações Finais

O autismo tem ganhado espaço cada vez mais específico nas pesquisas e estudos ao longo dos anos, refletindo-se nos números crescentes de diagnósticos. No passado, havia pouco interesse em relação a este transtorno, mas hoje vemos uma atenção mais individualizada para cada caso. Contudo, para o futuro, é necessário analisar esses números e refletir sobre o fato de que, em um futuro próximo, toda família poderá ter alguém com autismo. Se preparar em questões de políticas públicas, em questão ao respeito à individualidade do transtorno, em como possibilitar uma sociedade que tenha equidade, seja por meio de iniciativas que promovam o respeito às diferenças e acessibilidade na sociedade. Não podemos usar como desculpa a falta de preparação ou de acesso à informação sobre o autismo, pois hoje temos acesso a conhecimentos fundamentais sobre isso.

Além disso, os governantes têm um papel importante na inclusão e no fornecimento de qualidade de vida para esta população e seus cuidadores, promovendo um caminho de diversidade e inclusão. Apesar das leis já existentes, ainda observamos práticas negligenciadas. Essa tendência crescente requer atenção especial para a implementação de políticas educacionais inclusivas e programas de suporte adequados às necessidades desses estudantes. É fundamental investir na capacitação dos docentes e na oferta de recursos adequados para garantir a qualidade do ensino e o bem-estar desses alunos, promovendo, assim, uma educação verdadeiramente inclusiva.

Observa-se que seria valioso a implementação ou ampliação de um sistema que registre e mapeie os diagnósticos de autismo em nível nacional. Sua criação seria essencial para obter dados mais precisos sobre o número de indivíduos com TEA. Isso permitiria identificar com mais precisão o número de pessoas com autismo no país, auxiliando na formulação de políticas públicas mais adequadas e na realização de previsões mais precisas sobre o futuro número de pessoas autistas na sociedade. Como proposta para a continuidade deste estudo, objetiva-se a obtenção de estimativas para os próximos anos, por meio da construção de modelos que representem a evolução do número de diagnósticos de TEA ao longo do tempo. A partir dessas estimativas, será possível realizar previsões futuras, o que é fundamental para a formulação de estratégias mais eficazes e inclusivas no atendimento aos estudantes com TEA.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSUMPÇÃO JUNIOR, F. B.; PIMENTEL, A. A. C. M. Autismo infantil. Revista Brasileira de Psiquiatria, Belo Horizonte, MG, v. 22, p. 37-9, 24 jan. 2001.

AUTISM-EUROPE. World Autism Awareness Day. 2021. Disponível em: <<https://www.autismeurope.org>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BERTAGLIA, Bárbara. Uma a cada 36 crianças é autista, segundo o CDC. Autismo e Realidade, 2023. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2023/04/14/uma-a-cada-36-criancas-e-autista-segundo-cdc/> . Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 15 out. 2023 .

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

BUENO, José de França. Métodos Quantitativos, Qualitativos e Mistos de Pesquisa. Rio de Janeiro: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.bibead.ufrj.br/repbibead-verpdf.php?num=38&arquivo=Metodos-Quantitativo-e-Mistos-de-Pesquisa-LIVRO.pdf> . Acesso em: 19 out. 2023.

CANAL AUTISMO. IBGE incluiu pergunta sobre autismo no questionário do Censo 2022. Canal Autismo, 2022. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/ibge-incluiu-pergunta-sobre-autismo-no-questionario-do-censo-2022> . Acesso em: 30 jun. 2024.

CENTRO DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS (CDC). Prevalence of autism spectrum disorders--autism and developmental disabilities monitoring network, six sites, United States, 2000. Morbidity and Mortality Weekly Report. Surveillance Summaries, v. 53, n. 1, p. 1–21, 2004.

CENTRO DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS (CDC). Data & Statistics on Autism Spectrum Disorder. 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/autism/data-research/?CDC_AAref_Val=https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html . Acesso em: 30 set. 2023.

COLVERT, E.; TICK, B.; McEWEN, F.; STEWART, C.; CURRAN, S. R.; WOODHOUSE, E. et al. Herdabilidade do transtorno do espectro autista em uma amostra de gêmeos baseada na população do Reino Unido. JAMA Psychiatry, v. 72, n. 5, p. 415–23, 2015. DOI: 10.1001/jamapsychiatry.2014.3028.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

IBGE. Censo 2020 adiado para 2021. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/27161-censo-2020-adiado-para-2021.html> . Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. Uma pergunta que abre portas: questão sobre autismo no Censo 2022 possibilita avanços para a comunidade TEA. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/36346-uma-pergunta-que-abre-portas-questao-sobre-autismo-no-censo-2022-possibilita-avancos-para-a-comunidade-tea> . Acesso em: 03 mai. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Notas Estatísticas Censo Escolar 2020. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf . Acesso em: 25 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Notas Estatísticas Censo Escolar 2021. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf . Acesso em: 25 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumo Técnico Censo Escolar 2022. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf . Acesso em: 25 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumo Técnico Censo Escolar 2023. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf . Acesso em: 25 ago. 2024.

JUNIOR, Francisco Paiva. Quantos autistas há no Brasil?: sem estudos estatísticos, país não sabe quantas pessoas têm autismo, muito menos quantas já têm diagnóstico. Canal Autismo, 2019. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/quantos-autistas-ha-no-brasil> . Acesso em: 18 out. 2023.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. Nervous Child, v. 2, p. 217-50, 1943.

MARQUES, Isabela. Prevalência do autismo: dados do CDC indicam que 1 em cada 36 pessoas tem autismo nos Estados Unidos. Genial Care, 2023. Disponível em: <https://www.genialcare.com/prevalencia-do-autismo> .Acesso em: 30 set. 2023.

REVISTA AUTISMO E REALIDADE. A controvérsia da vacina tríplice viral e o autismo. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2021/01/15/a-historia-por-tras-do-mito-de-que-vacinas-causam-autismo> . Acesso em: 22 jul. 2024.

RIBEIRO, Sabrina Helena Bandini. Prevalência dos transtornos invasivos do desenvolvimento no município de Atibaia: um estudo piloto. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.



Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Instituto de Matemática, Estatística e Física

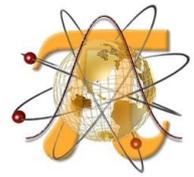
Curso de Licenciatura em Matemática

Av. Itália km 8 Bairro Carreiros

Rio Grande-RS CEP: 96.203-900 Fone (53)3293.5411

e-mail: imef@furg.br

Sítio: www.imef.furg.br



Ata de Defesa de Monografia

No trigésimo primeiro dia do mês de janeiro de 2025, às 19h, no Auditório do IMEF, foi realizada a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Vitória Alves Azevedo Melo**, intitulada “**Transtorno do Espectro Autista: Levantamento e análise de dados de diagnósticos em estudantes da educação básica**”, sob orientação da Profa. Dra. Luciele Nunes, e coorientação do Prof. Dr. Eneilson Campos Fontes, ambos deste instituto. A banca avaliadora foi composta pela Profa. Dra. Cinthya Maria Schneider Meneghetti e pelo Prof. Dr. Rodrigo Soares, ambos do IMEF/FURG. A candidata foi: (X) aprovada por unanimidade; () aprovada somente após satisfazer as exigências que constam na folha de modificações, no prazo fixado pela banca; () reprovada. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima relacionada

Documento assinado digitalmente

gov.br

LUCIELE RODRIGUES NUNES

Data: 06/02/2025 11:03:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Luciele Nunes
Orientadora

Documento assinado digitalmente

gov.br

ENEILSON CAMPOS FONTES

Data: 06/02/2025 19:07:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eneilson Campos Fontes
Coorientador

Documento assinado digitalmente

gov.br

CINTHYA MARIA SCHNEIDER MENEGHETTI

Data: 06/02/2025 11:16:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Cinthya Maria Schneider Meneghetti

Documento assinado digitalmente

gov.br

RODRIGO BARBOSA SOARES

Data: 06/02/2025 18:53:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Soares